

# *A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996\**

---

**Marcelo Costa Ferreira**

Doutorando em Ciência Política - IUPERJ  
Para Olavo Brasil de Lima Junior

---

## **Resumo**

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise comparada dos dados oriundos do suplemento de participação política aplicado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1988 e na Pesquisa Mensal de Emprego de Abril de 1996, utilizando modelos de regressão logística com variáveis-respostas relativas à adesão a algumas modalidades de participação política com variáveis independentes socioeconômicas. O artigo mostra o teste de duas hipóteses: 1) O declínio da escolaridade como variável previsora da participação política (pedido, reclamação e reivindicação a político; associação de bairro, filantrópica/religiosa e esportiva/cultural), e 2) O fraco poder explicativo dos modelos socioeconômicos como previsores da participação política.

**Palavras-chave:** participação política; comportamento político; política brasileira; análise multivariada

## **Abstract**

The purpose of this article is to present a comparative analysis of data concerning to the additional questionnaire of political participation PNAD. 1988, Brazilian Household Survey of 1988 and PME, Brazilian Monthly Research Employment of April, 1996, from IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics). Data analysis concerning logistic regression models, with dependent variables related to memberships in some kinds of political participation with socioeconomic variables as independent ones, was used to test two hypothesis: 1) the decline of level of education as a predictor variable of political participation (asking, complaining, claiming and demanding to politicians) and belonging to neighborhood; philanthropic and religious. Cultural and sports associations), between 1988 and 1996 in six metropolitan areas of Brazil, and 2) the weak power of socioeconomic models as predictor of political participation.

**Keywords:** political participation; political behavior; brazilian politics; multivariate analysis

---

\* Gostaria de agradecer a algumas pessoas que prestaram um auxílio inestimável à execução desta pesquisa. Este trabalho não teria sido escrito sem a ajuda - muito generosa e deveras paciente - de Paulo Tafner, ao me ajudar a desvendar os mistérios da variável "rendimentos e correlatos", acompanhada da minuciosa revisão de estilo realizada por Márcia Rinaldi Mattos, e das críticas do professor Olavo Brasil Lima Junior à minha dissertação de Mestrado, que foram aproveitadas na redação do presente estudo. Além deles, Magda Coelho Prattes incentivou-me a escrever este artigo, enquanto Alexandre França Heil forneceu valioso apoio computacional e Irene Radler de Aquino efetuou o copidesque no *abstract*. Entretanto, sou o único responsável por quaisquer omissão ou equívoco que este texto porventura possa ter. Devo ressaltar que a análise dos dados empregados neste estudo, oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é de minha completa autoria, não reproduzindo nenhum parecer oficial ou institucional do IBGE.

## **Introdução**

Uma longa tradição de pesquisas empíricas na Ciência Política identifica como determinante do comportamento político a influência das variáveis escolaridade e renda. Segundo essa tradição, a posição do indivíduo na hierarquia social apresenta grande associação com a sua inserção na política, os indivíduos que têm altos rendimentos ou elevado grau de escolaridade costumam ter maiores chances de participação do que aqueles que apresentam rendimentos menores ou menor grau de escolaridade.

Duas explicações, em termos gerais, são encontradas na bibliografia acerca da alienação associativa. A primeira costuma destacar a influência de variáveis socioeconômicas, renda, escolaridade e ocupação, como determinantes da participação. A segunda vertente sustenta que fatores de ordem política ou a ação racional dos indivíduos são os condicionantes da atuação política. Essa classificação não implica na não-influência de fatores psicológicos no fenômeno associativo.

O primeiro a enfatizar a importância dos fatores socioeconômicos na determinação da participação política, independentemente do conceito de classe social ou da escala sócio-ocupacional foi Milbrath (1965). A constatação incisiva dessa relação causal foi corroborada por vinte estudos, em média, e esta corrente de reflexão ficou conhecida como defensora do modelo SES - Socio Economic Status Model.

Para Marquette (1971), que analisa o crescimento da participação política nas Filipinas, a relação causal urbanização -> escolaridade -> consumo de notícias -> participação política não é válida, não obstante a sua pertinência para outros grupos de países. Nas Filipinas observa-se um forte incremento na sua dinâmica, associativa, mas a relação entre fatores socioeconômicos e de exposição aos meios de comunicação revela-se insignificante.

Johnson (1971) encontra que o estado de West Virginia (EUA) possui elevada participação eleitoral, apesar da precariedade dos indicadores socioeconômicos. A explicação deste caso desviante em relação à literatura baseia-se na existência de uma cultura política caracterizada pelo prestígio dos sindicatos e pela história singular daquele estado. Nesse caso, a influência do fator organizacional parece ser o motivo pelo qual ocorre uma elevada participação de uma população com padrões de vida baixos (NIE, POWELL e PREWITT, 1969). Um exemplo deste fator seria a relação positiva entre participação eleitoral e sindicalização, uma associação que não é encontrada em outros estados norte-americanos.

Nelson (1979) aponta a hegemonia do modelo SES no estudo do comportamento político, mas destaca a cultura política de fundamento étnico como condicionante da participação política dos indivíduos. Este autor testa a hipótese de que a variação nas taxas de participação está associada à cultura étnica, utilizando dados de uma pesquisa de amostragem aplicada em 1973 no bairro Harlem (Manhattan, Nova York). Apesar de reconhecer as limitações inferenciais de uma pesquisa com o desenho de um estudo de caso, Nelson (1979) cita que outros estudos de âmbito nacional corroboraram essa hipótese. Nesse caso, controlando as variáveis SES, a etnicidade parece ser um hipotético antecedente causal melhor do que o status socioeconômico, ou seja, a raça ou a nacionalidade de origem dos entrevistados influenciam as distintas taxas de participação política, principalmente no caso do associativismo, que é fortemente determinado pela cultura de atuação política de alguns grupos étnicos.

O estudo de Verba, Nie e Kim (1978) consiste numa pesquisa pioneira de grande impacto sobre os estudos dos determinantes do comportamento, cuja vertente socioeconômica teve o seu apogeu durante a década de 1970. O objetivo inicial destes autores era investigar, a partir de uma perspectiva comparada, os determinantes da participação partindo do conceito de cultura cívica, isto é, o conjunto de valores que os cidadãos possuem em relação ao Estado, de forma a garantir a manutenção de uma sociedade politicamente democrática. Esse estudo teve um elevado impacto na temática do comportamento político, sendo uma das principais pesquisas da corrente SES.

Ross (1988) analisa relatórios etnográficos de noventa sociedades pré-industriais e aponta como fatores explicativos da participação, fatores organizacionais e culturais, ou seja, a existência de determinantes institucionais que fomentam a participação política, como a existência do poder concentrado em determinadas instituições ou o crescimento de determinados setores da economia.

Kenny (1992) analisa a relação entre participação política e ambiente social, utilizando dados de pesquisa realizada em 1984 em South Bend (Indiana, EUA). O autor conclui que ambientes sociais politizados fazem com que os indivíduos participem na política, o que os leva a escolher para interação pessoas que também participem. De forma análoga ocorre o caso da participação política na China, onde os membros ligados ao partido comunista ou ao governo tendem a ter uma chance muito maior de participação em relação aos indivíduos que não participam daquelas esferas (JENNINGS, 1997).

Bobo e Gillian Junior (1990) analisam a relação entre a participação política dos negros norte-americanos com o *empowerment* negro<sup>1</sup>, utilizando dados do

---

<sup>1</sup> Neste caso, a tradução literal desse termo seria autorização, no sentido em que os negros se sentem autorizados a participar na política a partir do sucesso de outros candidatos de cor na esfera política

General Social Survey de 1987<sup>2</sup>. Ao controlar as variáveis socioeconômicas em grupos brancos e negros, os autores encontram que a participação do último grupo é maior do que a do primeiro, principalmente em regiões onde candidatos negros ocupam cargos políticos ou públicos elevados.

Logo, se os indivíduos participam por perceberem benefícios nesse comportamento, o *empowerment* negro fomenta nos indivíduos de cor a percepção de que os custos da participação serão bem menores nessa conjuntura do que no cenário em que os negros não estão ocupando posições de destaque na vida pública. Em outras palavras esses indivíduos passam a acreditar na política como mecanismo eficaz de resolução de conflitos, aquilo que os autores chamaram de análise contextual da participação política (BOBO & GILLIAN JR, 1990, p. 379).

Uma outra teoria alternativa seria a de que grupos discriminados pela sociedade tendem a desenvolver um forte espírito de coesão, o que favorece a manutenção de uma identidade social que fomenta a participação política (HILDRETH, 1994; BOBO & GILLIAN JUNIOR, 1990, p. 378). Por exemplo, Shingles (1981) afirma que grupos negros com consciência política tendem a acreditar na eficácia da política para a resolução de problemas, o que induz a participação. Esse fenômeno, de certa forma, também é influenciado pelas políticas públicas do governo federal norte-americano em relação aos grupos negros.

Com outro enfoque, Hildreth (1994) aponta que os participantes do Sanctuary Movement, uma associação alternativa norte-americana, filiam-se a esse movimento por causa dos incentivos solidários: a amizade, a convivência social e a possibilidade de integração em um grupo social, além da identificação dos filiados com a posição programática da associação em relação a temas como asilo político, situação doméstica. A esse movimento a autora deu o nome de "movimento propositivo"<sup>3</sup>.

Para a corrente racional da participação, a atuação política é atribuída ao cálculo efetuado pelos agentes quando decidem se os custos da participação são maiores, menores ou iguais aos da não-participação. Independentemente da influência de fatores como renda, escolaridade e ocupação, a percepção de que as vantagens em participar superam os seus respectivos custos levam os indivíduos a participarem.

Nesse sentido, Souza (1972) argumenta que a participação eleitoral não ocorre pela influência de determinantes sociais, econômicos ou psicológicos, mas em consequência de uma escolha racional do eleitor. Os eleitores participam devido

---

norte-americana. Como não existe um termo equivalente em português preferi mantê-la no idioma original.

<sup>2</sup> National Opinion Research Center/ The University of Chicago.

<sup>3</sup> Purposive groups

a vantagens individuais. Nesse caso emerge o paradoxo do voto: por quê o eleitor vota se na maior parte das vezes o custo do voto é maior do que os benefícios do voto?

Tendo como base os dados de um *survey* de 1960 sobre a intenção de voto nas eleições presidenciais de 1955 e 1960 no Brasil, o autor testa a hipótese de que as alterações nas preferências de voto variam em função da maximização dos benefícios pelos eleitores. Entre os eleitores que mudaram o seu voto foi identificada uma associação positiva entre insatisfação com a conjuntura econômica e a alteração na intenção do voto. Uma possível explicação seria a superestimação pelos eleitores dos benefícios do ato de votar, o que faz com que a participação política seja considerada um processo vantajoso.

Figueiredo (1991) apresenta uma explicação alternativa para o paradoxo do voto: o eleitor vota porque considera a estratégia eleitoral dos outros eleitores. No momento da votação, o votante sabe que o peso de seu voto é da ordem de  $1/(\text{eleitorado})$ , ou seja, zero. Entretanto, ao perceber que outros eleitores também votam, e que a estratégia de voto de cada um leva em conta o comportamento eleitoral dos outros, o votante então estabelece que o seu voto é igual a:

$(1 + \text{voto dos outros eleitores}) / \text{eleitorado}$

Se os outros indivíduos não votam, o valor do voto unitário do eleitor cresce. Mas, como os eleitores percebem isso, uma grande parte do eleitorado acaba participando. Para ele, votar é racional porque os outros votantes não deixarão de exercer sua respectiva vontade eleitoral.

Verba, Schlozman e Brady elaboram um modelo teórico alternativo à explicação proposta pela escolha racional. Este modelo pretende agrupar, além das variáveis socioeconômicas, outros determinantes de ordem política ou individual, no sentido de desenvolver uma teoria da participação política mais abrangente do que a realizada em estudos anteriores. Além das variáveis presentes no modelo SES, propõem um modelo de recursos como ferramenta de análise dos condicionantes da participação política - tempo, recursos financeiros e habilidades cívicas - que não são distribuídos de maneira uniforme em função do tipo de participação política e de posição socioeconômica (VERBA, BRADY e SCHLOZMAN, 1995a e 1995b, e VERBA, BRADY, SCHLOZMAN e NIE, 1993).

Segundo esses autores, o modelo SES e o da escolha racional apresentam algumas limitações para a explicação do fenômeno da participação: o primeiro falha ao não conseguir inter-relacionar o status social com a participação política, enquanto o segundo tem baixo poder preditivo em relação à participação política, apesar de apresentar uma sólida relação entre a busca individual de benefícios e o ato de participar. Além disso, o exame dos custos da participação não costuma ser exemplificado nesse tipo de análise. Logo, o modelo voluntarista cívico é o que

melhor apreende o fenômeno da determinação da participação, segundo o qual os que mais participam são aqueles que têm mais tempo, recursos financeiros e habilidades cívicas.

Os críticos desse modelo, não obstante destacarem a sua qualidade analítica, salientam algumas limitações. Aldrich (1997) afirma que o modelo proposto não é tão abrangente quanto os seus formuladores gostariam. Mansbridge (1997) aponta que a associação entre as variáveis independentes e dependentes não é tão clara quanta Verba, Schlozman e Brady (1995a ou 1995b) destacam, pois seriam necessárias análises experimentais e temporais para determinar a relação multivariada analisada - que são de elevado custo e de difícil realização, dado o número decrescente de associações nos Estados Unidos. Já Hochschild (1997) destaca a qualidade do estudo de Verba, Schlozman e Brady, mas ressalta que outras técnicas de análise, como a *focus group*, seriam muito mais adequadas para o estudo do fenômeno da participação.

Tendo em vista esse debate, o presente artigo procura contribuir com a bibliografia sobre os determinantes do comportamento político. Apresenta o teste das hipóteses do declínio da escolaridade como variável previsora da participação entre 1988 e 1996 nas regiões metropolitanas do Brasil, e do fraco poder explicativo dos modelos socioeconômicos como previsores da participação política.

### **Dados e características da amostra**

Este estudo utiliza dados do suplemento de participação política aplicados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 1988, IBGE (1990), e na Pesquisa Mensal de Emprego de abril de 1996 - PME, DPE/IBGE (1997) - além da variável *filiação a sindicatos* inquirida na PNAD de 1992. A PNAD é realizada anualmente e tem como objetivo a análise de condições sociodemográficas e econômicas dos domicílios e da população brasileira. Já a PME é feita mensalmente e visa o monitoramento do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas do Brasil, acompanhando o nível de desemprego e determinadas peculiaridades do emprego, como a opinião dos entrevistados sobre as condições dos seus respectivos trabalhos.

Durante a década de oitenta foram aplicados diversos questionários anexos à pesquisa principal<sup>4</sup> da PNAD sobre, por exemplo, o acesso à saúde (1981), à educação (1982) e participação política (1988). A partir de 1989, a pesquisa foi reformulada para aprofundar a temática "trabalho" e em 1996 foi aplicado o suplemento relativo à mobilidade social.

---

<sup>4</sup> Este procedimento ocorreu em 1973, com o suplemento de mobilidade social.

Os desenhos amostrais da PNAD e da PME são praticamente idênticos e as pequenas diferenças entre eles não alteram os objetivos da análise de dados almejada neste trabalho. A PNAD (DPE/IBGE, 1981) consiste em uma amostra por conglomerados, dividida em três estágios: município, setor censitário e domicílio. A primeira fase consiste na inclusão de municípios autorepresentativos - que têm probabilidade 1 de serem incluídos na amostra - além da seleção de outros municípios em função do seu tamanho populacional, o que é determinado pelo censo demográfico anterior. Num segundo estágio, são selecionados os setores censitários, cuja probabilidade de seleção é correspondente à quantidade de pessoas residentes no setor. No último estágio, todos os domicílios apresentam equiprobabilidade.

A PME (DPE/IBGE, 1983a) engloba seis regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte), apresentando estágios de estratificação amostral equivalentes às segunda e terceira etapas da PNAD. Como decorrência da diferença entre a abrangência da PNAD - em nível nacional - e a PME - estritamente urbana - foi gerado um filtro no arquivo da PNAD de 1988 utilizado neste estudo, compatível com a estrutura de dados da PME de abril de 1996, permitindo uma análise comparada entre as duas pesquisas.

### **Especificação do modelo e variáveis**

Utilizo o modelo de regressão<sup>5</sup> descrito pela equação a seguir:

$$\ln(P/1-P) = \beta_0 + \beta_1(IG) + \beta_2(IS) + \beta_3(ISP) + \beta_4[\ln(ROC)]$$

onde **P** é a quantidade de pessoas que participam e **(1 - P)** das que não participam em nenhum movimento político<sup>6</sup>. **IG**, **IS** e **ISP** são categorias da variável escolaridade e **ROC** é a renda da ocupação principal. No caso da variável resposta, utilizo as seguintes modalidades de participação:

---

<sup>5</sup> O tipo de análise multivariada empregado neste trabalho pressupõe a equiprobabilidade das unidades de análise, (SILVA, 1996). Este pressuposto não é satisfeito pelo desenho amostral das pesquisas aqui analisadas, com probabilidades de seleção desiguais entre os múltiplos estágios da amostra - o que foi minimizado ponderando a análise pelo peso de indivíduo na amostra. Neste sentido, os testes de significância das estimativas do modelo descrito acima devem ser interpretados de forma descritiva, e não inferencial. A análise de dados realizada neste estudo utilizou o programa SPSS, módulo Advanced.

<sup>6</sup> As reduzidas taxas de participação política no Brasil - na maioria das vezes, abaixo de 2% em 1988 e em 1996, os percentuais não mudaram (FERREIRA, 1998 e 1999). Como a variável dependente binária é fortemente concentrada em uma das suas categorias - não-filiação a movimentos associativos, a qualidade da modelagem de regressão logística múltipla empregada neste trabalho é reduzida. Reconheço esta limitação, que é inerente ao meu objeto de pesquisa.

Filiação a sindicato;  
Filiação à associação de bairro;  
Filiação a partido político;  
Filiação à associação esportiva/cultural;  
Filiação à associação religiosa/filantrópica<sup>7</sup>;  
Reivindicação a político;  
Reclamação a político;  
Pedido a político;  
Sugestão a político;  
Filiação a associações de empregados;  
Assinou lista ou abaixo-assinado;  
Participação em manifestações de protesto;  
Trabalho voluntário para associações;  
Participação em reuniões de grupos locais; e  
Participação em greves.

A escolaridade é medida por quatro categorias: a) zero a 4 anos de estudo (primário mais analfabetos); b) 5 a 7 anos de estudo (ginasial), ou variável IG; c) 9 a 10 anos (secundário), ou variável IS; d) maior do que 11 anos, variável ISP, - superior ou pós-graduação. Neste caso, como as estimativas destas categorias são elaboradas a partir de uma categoria de referência - método denominado "desvios perante a média" (HOSMER e LEMESHOW, 1989) - utilizei como referência a categoria de zero a quatro anos de estudo.

A outra variável independente é logaritmo natural da renda da ocupação principal<sup>8</sup>, atualizada em reais de setembro de 1996 através de dois índices: o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) (DPE/IBGE, 1994). O primeiro foi empregado para a atualização de rendimentos inferiores a oito salários, enquanto o segundo para indivíduos com renda superior ao referido limite.

---

<sup>7</sup> Foi efetuada uma compatibilização na PME de abril de 1996 da variável relativa à filiação a entidades religiosas e da filiação a entidades filantrópicas, de forma que uma nova variável, composta pelas duas anteriores, teve a mesma forma da questão aplicada na PNAD de 1988, que indagava se o entrevistado era filiado a entidades religiosas e filantrópicas.

<sup>8</sup> O leitor poderá destacar duas limitações deste estudo: a) a não-utilização da variável renda familiar (sobre a relevância da utilização deste tipo de variável, ver Patrício, 1997), ao invés dos rendimentos da ocupação principal; e b) a definição da escolaridade como uma variável categórica, ao invés de ser intervalar. Entretanto, a compatibilização entre os arquivos de dados da PNAD e da PME utilizados neste estudo condicionou a escolha das referidas variáveis, uma vez que a PME não contém a renda familiar e nem a escolaridade mensurada em anos de estudo na escala intervalar.

## **Análise dos dados**

A modelagem empregada neste estudo objetiva analisar o declínio da escolaridade (**E**) como determinante da participação política nas regiões metropolitanas brasileiras entre 1988 e 1996, além da precariedade do poder preditivo de modelos socioeconômicos de participação política. A equação abaixo resume o modelo de análise:

$$P = f(R^+)$$

A variável resposta **P** (participação) apresenta coeficiente nulo na variável independente **E** (escolaridade) e positivo na variável **R** (renda). Ou seja, algumas faixas de anos de estudo presentes nos modelos referentes às modalidades de participação: pedido, reclamação e reivindicação a político; associação de bairro, filantrópica/religiosa e esportiva/cultural não condicionam a participação política. Entretanto, os rendimentos influenciam a variável resposta.

Uma longa tradição na análise do comportamento político afirma que a escolaridade apresenta associação positiva com a participação, com os indivíduos mais escolarizados tendendo a participar mais do que os menos instruídos. Neste caso, o modelo seria:

$$P = f(E^+, R^+)$$

Utilizando como unidade de análise os países, a literatura aponta que o desenvolvimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais também aumentariam as chances de participação na sociedade. O esperado seria que os países que experimentaram melhorias em suas condições sociais tivessem um incremento na sua vida associativa (DAHL, 1971).

Um outro ponto de destaque na literatura seria - ao contrário de outros fatores explicativos da participação política, como os institucionais, ideológicos ou racionais - o elevado poder predictor das modelagens socioeconômicas na explicação da participação. Até que ponto esse pilar básico do comportamento político é corroborado pela análise de dados efetuada neste estudo?

A Tabela 1 apresenta as estimativas dos modelos de regressão logística referentes ao contato político nas regiões metropolitanas do Brasil em 1988 e 1996. Percebe-se que todos os valores do Pseudo  $R^2$  são baixos, o que indica que a relação de causalidade proposta pela modelagem - onde renda e escolaridade são condicionantes da participação política - não inclui outras variáveis importantes para a explicação do fenômeno da participação.

Não ocorreu nenhuma alteração significativa nos coeficientes da variável renda entre 1988 e 1996. Entretanto, o mesmo não aconteceu com a escolaridade. As modalidades reclamação e reivindicação a político apresentaram o declínio do segundo grau de escolaridade como preditor da participação, enquanto o nível ginasial - que tinha uma estimativa significativa em 1988 no determinante da *reclamação e da reivindicação* - passou a ter um fraco coeficiente. Tanto o pedido quanto a reclamação ao político também apresentam o declínio da tendência de indivíduos com mais de 12 anos de escolaridade em *entrar em contato com o político*.

**Tabela 1**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: modalidades de contato pessoal com político**  
**nas regiões metropolitanas do Brasil, 1988-1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Sugestão a Político		Pedido a Político		Reclamação a Político		Reivindicação a Político	
	1988	1996	1988	1996	1988	1996	1988	1996
Escolaridade								
6 - 9 anos de estudo	-0,33	-0,24	-0,19	-0,06	-0,09	-0,06	-0,18	-0,02
9 - 11 anos de idade	0,15	0,12	-0,06	0,07	-0,11	0,02	-0,15	0,03
> 12 anos de estudo	0,92	0,66	0,29	0,06	0,44	- 0,008 <sup>ns</sup>	0,62	0,31
Renda da Ocupação Principal (Ln)	0,26	0,355	-0,18	-0,24	0,12	0,26	0,14	0,14
Constante	-6,33	-6,8	-2,3	-1,75	-5,3	-6,17	-5,3	-5,03
N <sup>9</sup>	33.619	30.278	33.608	31.289	33.608	30.242	33.612	30.443
P%(Y=1)	0,7	0,8	3,0	3,9	0,8	0,9	1,0	1,3
N(Y = 1) <sup>10</sup>	533	513	2.175	2.502	595	476	672	778
Pseudo R <sup>2</sup> (%) <sup>11</sup>	6,14	4,3	0,4	0,5	1,06	0,6	2,1	0,8

ns - estimativa não significativa ao nível de 5%

<sup>9</sup> Número de casos válidos incluídos na análise, segundo o output do SPSS. Entretanto, todas as variáveis foram ponderadas pelo peso do indivíduo na amostra.

<sup>10</sup> Representa o número, sem ponderação pelo peso do indivíduo na amostra, de entrevistados que declararam filiação a algum tipo de movimento associativo.

<sup>11</sup> Pseudo R<sup>2</sup>=  $\{ [ -2LL_{Nulo} - ( - 2LL_{Modelo} ) ] / -2LL_{Nulo} \} * 100$

A análise dos determinantes socioeconômicos na *filiação a sindicatos e a associação de empregados* revela-se heterogênea. Na Tabela 2, as estimativas referentes à alta escolaridade - entrevistados com mais de doze anos de estudo - são significativas em 1988 e 1996 nas duas modalidades de participação. No caso da *filiação à associação de empregados*, os coeficientes de renda e instrução são equivalentes no período analisado. Os indivíduos escolarizados em nível ginásial apresentam menores chances de filiação - o que é coerente com o comportamento previsto pela bibliografia. Os coeficientes relativos ao nível secundário de escolaridade são significativos no modelo logístico concernente ao ano de 1988; entretanto, estas estimativas são fracas no modelo referente ao ano de 1996. Ou seja, indicam o declínio das faixas médias de escolaridade como previsoras da filiação aos sindicatos no período de 1988 e 1996.

Destaco mais dois pontos relevantes na análise dos determinantes da *filiação a sindicatos ou associação de empregados*: não existe nenhuma diferença nas estimativas de renda entre as duas modalidades de participação entre 1988 e 1996, bem como nos coeficientes relativos à escolaridade, no caso da segunda modalidade de participação analisada; entretanto, a modelagem socioeconômica referente à associação de empregados descreve de forma adequada - para o tipo de análise que estou fazendo, ou seja, a modelagem de variáveis categóricas em dados de pesquisas amostrais na área de Ciências Sociais - o comportamento da variável resposta, tendo em vista o elevado valor do Pseudo  $R^2$ , 17,4%. O mesmo não acontece com os modelos relativos à filiação ao sindicato, cujos valores foram bem reduzidos - o que é coerente com a segunda hipótese que testo neste estudo.

Por outro lado, o Pseudo  $R^2$  de 8%, referente à filiação ao sindicato em 1992, revelou-se especial: este não é um valor baixo, mas também não é elevado, maior do que 20%. Em comparação com o ajuste dos modelos de filiação sindical em 1988 e 1996, ele apresenta um valor atípico, pois em 1992 o modelo socioeconômico teve uma melhora razoável na explicação da variável resposta (isso ocorreu na metade de um período de oito anos, no qual os anos de 1988 e 1996 apresentam modestos valores do Pseudo  $R^2$ ). Este foi um resultado inesperado.

**Tabela 2**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: filiação a sindicatos (1988-1992-1996)**  
**e associações de empregados nas regiões metropolitanas do Brasil, 1988-1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Filiado a Sindicato			Associado a Associação de Empregados	
	1988	1992	1996	1988	1996
Escolaridade					
6 - 9 anos de estudo	-0,11	0,01	-0,06	-0,19	-0,56
9 - 11 anos de estudo	0,09	0,01	0,05	0,18	0,10
> 12 anos de estudo	0,15	0,23	0,26	0,70	1,12
Renda da Ocupação Principal (Ln)	0,62	0,66	0,49	0,49	0,67
Constante	-5,46	-5,2	-4,05	-5,65	-7,47
N	33.656	33.185	32.284	33.660	25.075
P%(Y=1)	10,2	20,0	16,6	4,8	2,9
N(Y=1)	6.038	7.955	10.235	2.957	1.491
Pseudo R <sup>2</sup> (%)	5,8	8,0	5,2	10,5	17,4

**Tabela 3**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: modalidades de associativismo e filiação ao partido político**  
**nas regiões metropolitanas do Brasil, 1988-1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Filiado a Associação de Bairro		Filiado a Associação Religiosa/ Filantrópica		Filiado a Associação Esportiva/Cultural		Filiado a Partido Político	
	1988	1996	1988	1996	1988	1996	1988	1996
Escolaridade								
6 - 9 anos de estudo	0,09	0,08	-0,02	-0,14	0,10	0,01	-0,02	-0,16
9 - 11 anos de estudo	-0,15	-0,07	-0,06	-0,01	0,36	0,27	0,14	0,13
> 12 anos de estudo	-0,14	-0,26	0,21	-0,05	0,54	0,51	0,56	0,12
Renda da Ocupação Principal (Ln)	-0,13	-0,1	0,01	0,04	0,57	0,55	0,08	0,12
Constante	-2,6	-2,94	-3,12	-3,08	-5,72	-6,93	-4,07	-3,98
N	33.616	29.871	33.605	30.451	33.603	29.763	33.651	33.012
P%(Y=1)	3,1	2,8	4,6	5,9	8,0	2,9	2,1	2,9
N(Y=1)	2.196	1.853	3.346	3.437	5.101	1.613	1.325	2.088
Pseudo R <sup>2</sup> (%)	0,6	0,5	0,18	0,16	11,7	7,1	2,6	0,4

Os coeficientes dos modelos logísticos relativos à filiação a movimentos associativos e a partidos políticos, apresentados na Tabela 3, revelam que, entre 1988 e 1996, ocorreu o declínio da escolaridade secundária nas chances relativas de *participação em associações de bairros*. Isto também aconteceu com o nível ginasial de instrução na filiação a associações filantrópicas/ religiosas e esportivas culturais.

Uma análise desviante dos coeficientes analisados refere-se à significância da variável renda como determinante da filiação ao partido político em 1988, apresentando uma fraca estimativa; em 1996, ela foi estatisticamente significativa.

Contudo, tendo em vista os baixos valores de Pseudo  $R^2$ , a segunda hipótese prevista neste trabalho é totalmente confirmada. Outras variáveis, que não as socioeconômicas, têm um poder preditor maior do que as variáveis independentes renda e escolaridade do entrevistado.

A última modelagem analisada neste estudo, cujas estimativas dos modelos de regressão logística são apresentadas na Tabela 4, refere-se aos determinantes da participação em *modalidades não tradicionais de participação política*, como greves ou manifestações de protesto. Nesse caso, a pesquisa apenas foi realizada na PME de abril de 1996.

Em termos gerais, a análise das estimativas da Tabela 4 é coerente com a tese desenvolvida por Dalton (s/d). Segundo este autor, a participação política não tradicional tende a ser praticada por indivíduos jovens e de elevada escolaridade.

Dada a especificação do modelo, não foi possível incluir a idade como variável independente, mas o significativo coeficiente da escolaridade superior, combinada com a fraca estimativa da renda, nos modelos relacionados a *listas ou abaixo-assinados e reuniões de grupos locais* sugerem a hipótese de que os estudantes universitários são os agentes deste tipo de participação. Entretanto, esta idéia é uma mera especulação, cuja hipótese poderá ser testada, mas em um estudo com objetivo diferente do apresentado neste artigo.

**Tabela 4**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: modalidades não convencionais de**  
**participação política nas regiões metropolitanas do Brasil - 1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Listas ou Abaixo-assinados	Manifestações de Protesto	Trabalhos Voluntários	Reuniões de Grupos Locais	Greves
Escolaridade					
6 - 9 anos de estudo	-0,1	0,11	-0,20	-0,003 <sup>ns</sup>	0,09
9 - 11 anos de estudo	0,09	0,12	0,06	-0,03	0,07
> 12 anos de estudo	0,42	0,41	0,44	0,04	0,31
Renda da Ocupação Principal (Ln)	-0,08	-0,1	0,14	0,07	0,12
Constante	-1,64	-4,05	-4,45	-4,10	-4,38
N	28.951	26.127	26.596	26.652	26.541
P%(Y=1)	9,3	0,8	2,5	2,5	1,8
N(Y=1)	5.582	455	1.363	1.466	923
Pseudo R <sup>2</sup> (%)	0,8	0,9	1,4	0,07	1,1

ns - estimativa não significativa ao nível de 5%

Destaco mais dois pontos: a) o sinal negativo dos coeficientes da categoria de escolaridade "ginasial" na participação em listas e trabalhos voluntários, (cujos valores indicam que o pertencimento a esta faixa reduz as chances de inserção neste tipo de atividade) e b) a total ineficácia do modelo proposto para explicar a participação em reuniões de grupos locais, (cujos coeficientes não têm nenhuma significância estatística, além do valor nulo do Pseudo R<sup>2</sup>, fato que destoa esta modelagem da maioria das que foram efetuadas neste trabalho).

Ressalto, porém, a relativamente "alta" proporção dos *que participam em listas ou abaixo-assinados*, em comparação com as baixas taxas de participação da maioria quase absoluta das modalidades analisadas neste texto. A influência do custo da participação pode explicar as baixas taxas. Atribuo o percentual de 9% de *assinaturas em abaixo-assinados* ao baixíssimo custo de participar nesta modalidade - nada mais do que assinar o nome numa lista qualquer, ato muitas vezes induzido por outros indivíduos. É o contrário do que ocorre com a tentativa de não se fazer

representar pelos sindicatos, que costuma apresentar custos bem maiores: "Para os agentes que gravitam em órbitas mais próximas das zonas de atração do pólo multinacional executivo, as empresas de representação [ou seja, os sindicatos] [...] são quase completamente estranhas. A tonalidade das apreciações que os agentes entrevistados nos ofereceram sobre aquelas entidades variou um pouco, mas eles sempre manifestam o seu desagrado e mesmo desaprovação em relação ao sindicato que estatutariamente os representam. Poderíamos agrupar suas apreciações na seguinte frase modal: "Do sindicato eu só lembro quando tenho que pagar um dia de trabalho, que sai muito mais caro." (GRÜN, 1992, p. 452). [grifo meu].

### **Conclusões**

O objetivo deste estudo foi acrescentar ao conhecimento acumulado sobre o comportamento político uma comparação entre os seus determinantes socioeconômicos: o nível de escolaridade e o logaritmo natural da renda da ocupação principal dos indivíduos.

As duas hipóteses, testadas com sucesso, estão relacionadas ao declínio da significância da escolaridade como determinante da participação nas regiões metropolitanas brasileiras entre 1988 e 1996 e ao parco poder previsor de modelagens socioeconômicas no que se refere à participação política. Quanto à escolaridade, apesar do declínio de sua significância, ela aparece ainda como importante variável previsor da inserção em modalidades não tradicionais de atuação política.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALDRICH, J. H. Positive theory and voice and equality. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, June 1997.

BOBO, L.; GILLIAN JR, F. D. Race, sociopolitical participation, and black empowerment. *American Political Science Review*, v. 84, n. 2, June 1990.

COHEN, Y. The benevolent leviathan: political consciousness among urban workers under state corporatism. *American Political Science Review*, v. 76, 1982.

DAHL, R. *Polyarchy*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, R. J. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. New Jersey: Chatham House Publishers. (s/d).

DPE/IBGE. Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios na década de 70. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 1, 1981.

\_\_\_\_\_. Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 2, 1983a.

\_\_\_\_\_. Metodologia do Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 4, 1983b.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Preços ao Consumidor: Métodos de cálculo. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 14, 1994.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Mensal de Emprego: abril de 1996. Associativismo, representação de interesses e participação política. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

FERREIRA, M. C. *As Múltiplas formas de participação política e os seus determinantes socioeconômicos*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996: revisitando a questão da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, outubro 1999. (no prelo).

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

GRÜN, R. Sindicalismo e anti-sindicalismo e a gênese das novas classes médias brasileiras. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 3, 1992.

HILDRETH, A. The importance of purposes in "purposive" groups: incentives and participation in the sanctuary movement. *American Journal of Political Science*, v. 38, n. 2, may 1994.

HOCHSCHILD, J. L. Practical politics and voice and equality. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, June 1997.

HOSMER, D.; LEMESHOW, S. *Applied logist regression*. New York: John Wiley & Sons, 1989.

IBGE. *Participação político social - 1988: Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

JENNINGS, M. K. Political participation in the chinese countryside. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, june 1997.

JOHNSON, G. Research note on political correlates of voter participation: a desviant case analysis. *American Political Science Review*, v. LXV, sept. 1971.

KALAYCIOGLU, E.; TURAN, I. Measuring political participation: a cross - cultural application. *Comparative Political Studies*, v. 14, n. 1, april 1981.

KENNY, C. B. Political participation and effects from the social environment. *American Journal of Political Science*, v. 36, n. 1, feb. 1992.

LIMA JUNIOR, O. B. A alienação eleitoral e os seus determinantes: nota de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, oct. 1990.

MANSBRIDGE, J. Normative theory and voice and equality. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, june 1997.

MARQUETTE, J. F. Social mobilization and the philippine political system. *Comparative Political Studies*, v. 4, n. 8, oct. 1971.

MILBRATH, L. W. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally & Company, 1965.

NELSON, D. C. Ethnicity and socioeconomic status as sources of participation: the case of ethnic political culture. *American Political Science Review*, v. 73, 1979.

NIE, N. H.; JR POWELL, G. B.; PREWITT, K. Social structure and political participation: developmental relationships, Part I. *American Political Science Review*, v. LXIII, n. 2, june 1969.

PATRÍCIO, I. Democracia e distribuição de renda: a viabilidade distributiva do Plano Real. *Série Estudos*, n. 97, dec. 1997.

REIS, A. C. A. *A participação eleitoral no Brasil (1988-1989)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992. Mimeo.

ROSS, M. H. Political organization and political participation. *Comparative Politics*, oct. 1988.

SHINGLES, R. D. Black consciousness and political participation: the missing link. *American Political Science Review*, v. 75, n. 1, march 1981.

SILVA, J. *Estatística econômica e social*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

SILVA, P. L. N. *Planejamento, estimação e análise de dados em pesquisas por amostragem: desvendando a realidade brasileira com o "telescópio da estatística"*. Trabalho apresentado no CONFEST/CONFEG, Rio de Janeiro, 1996.

SOARES, G. A. D. Pesquisa rica em países pobres?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 16, July 1991.

SOUZA, A. Determinismo social, racionalidade e voto flutuante em 1960. *Dados Revista de Ciências Sociais*, n. 9, 1972.

\_\_\_\_\_. *The nature of corporative representation: leaders and membership of organized labor in Brazil*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1978.

SPSS CORPORATION. *SPSS 6.1 Advanced statistics*. Chicago: Marketing Department, 1994.

VERBA, S.; NIE, N.; KIM, J. *Participation and political equality: a seven nation comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H.; NIE, N. Citizen activity: who participates? what do they say?. *American Political Science Review*, v. 87, n. 2, June 1993.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. *Voice and equality: civic voluntarism in american politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995a.

\_\_\_\_\_. Beyond SES: a resource model of political participation. *American Political Science Review*, v. 89, n. 2, June 1995b.